

1 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ PARA INTEGRAÇÃO DA BACIA
2 **HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL - CEIVAP, REALIZADA NO RIO DE JANEIRO - RJ, NO**
3 **AUDITÓRIO DA FIRJAN, EM 12/02/2004.**

4 Reunião iniciada às 14:15 horas, sendo a mesa integrada por: Eduardo Meohas (Presidente do CEIVAP); Fídias de
5 Miranda (Secretário Executivo do CEIVAP); Júlio Tadeu Kettelhut (Representante da Secretaria de Recursos Hídricos do
6 MMA); Heitor de Souza (Representante do Estado do Rio de Janeiro); Edilson de Paula Andrade (Representante do
7 Estado de SP); Paulo Teodoro de Carvalho (Representante do Estado de Minas Gerais); João Rodrigues (Representante
8 da Associação Pró-Gestão de Águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul). O presidente Eduardo Meohas abriu os trabalhos
9 para apreciar a seguinte pauta: 1 – Aprovação da ata da 2ª Reunião Ordinária do CEIVAP de 04/12/2003; 2-
10 Agravamento da situação de armazenamento de água nos reservatórios da bacia; 3- Impasse na instituição da Agência de
11 Águas da Bacia e risco de descontinuidade dos meios operacionais do CEIVAP; 4 - Recursos da cobrança arrecadados
12 em 2003 e o andamento de sua aplicação, e 5 – Assuntos diversos. Disse que o encontro de hoje foi precedido de muita
13 apreensão, em função dos riscos futuros para a bacia, e também pela falta de qualificação da Associação Pró-Gestão de
14 Águas do Paraíba como Agência de Águas, mas que se tinha uma novidade que foi a Medida Provisória Nº 165,
15 publicada hoje. Saudou a todos os presentes, e passou a palavra ao Secretário Fídias de Miranda para tratar do primeiro
16 item da pauta – ata da última reunião. A palavra aberta ao plenário, não havendo observações, a ata foi posta em votação
17 e aprovada por unanimidade. Passando ao item 2 da pauta, o representante da ANA foi convidado para fazer sua
18 apresentação sobre o agravamento das condições de armazenamento de água nos reservatórios da bacia. O Presidente
19 Meohas disse que essa apresentação estava programada para ser feita pelo Presidente da ANA, com quem esteve nesta
20 semana, mas ele não pôde estar presente por ter que atender reunião em Brasília com as Ministras do Meio Ambiente e
21 das Minas e Energia. Com a palavra o representante da ANA, Joaquim Gondim, passou a discorrer sobre o problema dos
22 reservatórios da bacia, com apoio de PowerPoint (ANEXO). Disse que a bacia ainda vive um momento de normalidade,
23 mas demanda providências para recuperar os níveis dos reservatórios. Referiu-se a que existe uma proposta de CT do
24 CEIVAP, de reduzir as vazões nos reservatórios de cabeceira em um total de 5 m³/s, mais falou que a proposta da ANA é
25 de baixar a vazão em Santa Branca no máximo de 40 m³/s para 34 m³/s, e em Jaguari, no máximo de 10 m³/s para 7 m³/s.
26 Concluída a apresentação a palavra foi passada para André Pinhel, Coordenador da CT de Planejamento e Investimento,
27 que iniciou relatando reunião da CT ocorrida no dia 04/02/2004, quando se aprovou a recomendação para reduzir em 5
28 m³/s a vazão defluente nos reservatórios de cabeceira, sendo 3 m³/s em Santa Branca e 2 m³/s em Jaguari. Naquela
29 reunião o representante do ONS informou que para cada 1m³/s de redução na vazão de cabeceira ter-se-á uma economia
30 de 0,2% do volume útil se a redução for mantida até ao fim de abril de 2004. Comparou a proposta da CT com a
31 apresentada por Joaquim Gondim, de que se poderia reduzir a vazão em até 6 m³/s em Sta Branca, e em até 3 m³/s em
32 Jaguari, e concluiu que as duas propostas são compatíveis pois a da CT visava o início do processo. Concluiu sugerindo
33 que a proposta da ANA seja implementada, uma vez que ela engloba a visão da CT. O Secretário Fídias de Miranda
34 passou a ler ofício encaminhado por Eduardo Meohas ao Presidente da ANA, que se refere à reunião de CT de
35 04/02/2004, relata a situação dos reservatórios da bacia, e solicita apoio para a realização de estudos hidrológicos de
36 vazões naturais, e a elaboração de plano de contingência para a bacia. O Presidente Eduardo Meohas destacou a
37 importância de se elaborar o estudo de vazões e o plano de contingência solicitados, para se enfrentar adequadamente os
38 problemas que provavelmente ocorrerão. O Secretário Fídias abriu inscrição aos conselheiros, que disporão
39 individualmente de no máximo cinco minutos para suas colocações. Em seguida, passou a palavra ao representante da
40 ONS, Vinicius Rocha, que disse não ter nada a acrescentar ao que fora apresentado sobre os reservatórios. Em relação à
41 reconstrução das séries naturais na bacia do rio Paraíba do Sul, disse que de fato houve priorização pelo ONS de oito
42 bacias de interesse energético, mas há intenção de recuperar essas séries para todas as bacias nacionais. Foram realizados
43 os estudos das oito bacias em 2003, com a contratação de uma empresa para o estudo, e haverá recursos para continuar a
44 aplicação dessa metodologia a partir de 2005. Acredita que o assunto possa ser encaminhado solicitando a antecipação
45 desses estudos para a bacia do PBS, em 2004, e estima em primeira aproximação a necessidade de recursos da ordem de
46 R\$ 400.000,00 para desenvolvê-lo em um período de cerca de 10 meses. O Secretário Fídias passou a palavra ao primeiro
47 inscrito, Julio Kettelhut (SRH-MMA) falou da importância da mudança da rubrica dos recursos da cobrança no
48 orçamento da União, e da MP 165 publicada hoje e distribuída aos presentes, que são avanços importantes. Falou da
49 importância de que haja uma resolução do CEIVAP definindo o processo como será aplicada a redução de vazão nos
50 reservatórios de Santa Branca e Jaguari, de modo a assegurar redução gradual até se chegar os limites de vazão
51 estabelecidos, e também definindo um prazo razoável para a elaboração do plano de contingência. Joaquim Gondim
52 (ANA) falou que a recuperação de vazões naturais é um desejo de todos, e que o Presidente da ANA já atua junto às
53 autoridades competentes para antecipar recursos para se fazer esses estudos. Falou que a ANA elaborou minuta de
54 resolução dispendo sobre a redução das vazões em Santa Branca e Jaguari, que estabelece critérios flexíveis, prevendo
55 mudanças graduais na operação e acompanhamento seus efeitos nos corpos de água. Quanto ao plano de contingência
56 disse estar de acordo que seja sugerido à ANA que seja feito com a máxima brevidade. André Pinhel (SERLA) relatou o
57 andamento da aplicação dos recursos da cobrança nos municípios de Barra Mansa e Barra do Pirai. Benedito Jorge
58 (CBH-SP) colocou que o comitê que representa vem batalhando a cerca de dois anos pela recuperação dos níveis nos
59 reservatórios de cabeceira. Disse que o CBH-SP já se comprometeu com essa operação, a CETESB se comprometeu em
60 implementará um programa de amostragem para acompanhar os efeitos da operação em 7 pontos de consumo,
61 distribuídos desde Santa Branca até Aparecida. O DAEE também se comprometeu a fazer monitoramento quantitativo
62 nesses mesmos pontos. Disse que só resta aos paulistas apertar o cinto, e fazia apelo aos cariocas de que também “façam
63 seu dever de casa” para reduzir suas demandas, e não utilizar água do Paraíba transpostas para o Guandu, para diluir
64 esgotos antes da captação da CEDAE. Edilson de Paula (Representante SP) disse que acha correto estabelecer um limite
65 inferior mais dilatado, mas se deve trabalhar com a perspectiva de redução global de apenas 5 m³/s, pois poderá ocorrer

66 problemas a jusante. Haverá um monitoramento em São Paulo, envolvendo o CBH-SP, DAEE e CETESB. Em relação ao
67 plano de contingência, toda a bacia deve ser envolvida, citando as sub-bacias dos rios Pomba e Muriaé, que têm sofrido
68 com problemas de enchente. O Secretário Fídias de Miranda agregou que o plano de contingência deve envolver o
69 Comitê Guandu e se estender à respectiva bacia. Leila Heizer (CEDAE) disse que entende que a redução das vazões de
70 cabeceira é emergencial, que o reflexo dessa operação será sentido no Rio de Janeiro, e qualquer situação emergencial
71 em São Paulo o Rio de Janeiro deveria estar junto para enfrentá-la. A CEDAE está muito preocupada com os problemas
72 da poluição dos rios Guandu, Ipiranga, Poços e Queimados, e com o desvio do rio dos Poços. Há uma mobilização dos
73 usuários do Guandu para transferir a captação para montante da CEDAE, e preocupação de como a CEDAE atuará na
74 próxima estiagem, que é agravada pelo desconhecimento das vazões naturais. Josemar Coimbra (PM Barra do Pirai)
75 falou que o programa de racionalização do uso da água implantado em 2003, e que resultou na redução das vazões
76 transpostas em Santa Cecília para o Guandu, funcionou a contento uma vez que evitou o colapso dos reservatórios. O
77 esquema operacional que está sendo discutido para São Paulo é um esforço similar ao do Rio, e que nos próximos dois
78 meses não trará consequências para o estado do Rio, mas a partir daí acarretará o agravamento das restrições no Guandu,
79 e por isso o grupo de acompanhamento do Rio deve estar integrado ao processo que será implantado em São Paulo.
80 Defendeu que o Plano de Contingenciamento considere em separado os problemas de Barra do Pirai, que é o primeiro
81 município atingido pelas restrições de vazão a jusante de Santa Cecília. João Rodrigues (Associação) partindo da
82 informação de que a redução de 1 m³/s acarretará 0,2% de recuperação até o fim de abril, argumentou que mesmo se
83 aplicando o redução máxima proposta pela ANA (6 m³/s em Santa Branca e 3 m³/s em Jaguari), a recuperação esperada
84 não chegaria a 5%, portanto abaixo dos 7,5% de déficit referidos por Dr. Joaquim. Precisa-se desenvolver um trabalho
85 sério de conscientização dos usuários domésticos, que continuam lavando calçadas, e solicitou apoio da mídia para
86 esclarecer a população sobre a necessidade de economizar água. Entende ser premente a necessidade de uma ação mais
87 forte dos órgãos competentes, para complementar o cadastro e atuar junto aos usuários para se saber o que realmente está
88 se utilizando de água. André Pinhel (SERLA) falou que o Grupo de Acompanhamento continua fazendo suas reuniões,
89 que a SERLA estará presente no Grupo Paulista, se vier a ser convidada. Marilene Ramos (FGV) invocou questão de
90 ordem por se estar repetindo a discussão havida na reunião de CT, e solicitou que fosse encaminhada uma deliberação
91 sobre o assunto, argumento que o Secretário Fídias de Miranda rebateu dizendo que CT é uma coisa e o Plenário outra,
92 que competia o esclarecimento sobre a matéria para se poder encaminhar uma decisão. Com a palavra o Prof. Bruno
93 (Presidente do Comitê Guandu), disse que não consegue pensar na bacia do Guandu sem pensar no Paraíba, e defendeu
94 uma ação harmônica de ambos os colegiados. O Presidente Meohas perguntou se havia representante da Prefeitura do
95 Rio de Janeiro no plenário e, ao constatar a inexistência, lamentou o fato, pois disse ter se envolvido pessoalmente com
96 autoridades da prefeitura do Rio para enviar representação, tendo inclusive alertado para a possibilidade de faltar água
97 nos jogos pan-americanos de 2007, e pôde constatar o desconhecimento dos problemas que estão sendo enfrentados na
98 bacia do Paraíba. Disse ainda estranhar na fala da representante da CEDAE, que não esteja havendo estudos de curto
99 prazo para solucionar os problemas do Rio. O Prof. Mauro Viegas (Presidente do CERH-RJ) disse ter compromisso em
100 São Paulo as 18 horas de hoje, mas não poderia deixar de comparecer à reunião do CEIVAP, e pedira a palavra pois se
101 ausentaria em seguida. Dizendo-se estar Presidente do CERH-RJ, falou que depois de 16 de dezembro preside um
102 "conselho gasoso". Falou que a lei 4.247, de 16/12/03, que dispõe sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos do
103 domínio do estado do Rio de Janeiro, esvaziou o CERH-RJ. Concorda que se precisa atuar no Rio de Janeiro em sintonia
104 com São Paulo. Precisa-se de R\$ 15 milhões para se resolver o problema do rio de Poços, e cabe ao Estado do Rio de
105 Janeiro e a Prefeitura do Rio de Janeiro resolver o problema, pois há preocupação com os que bebem essa água sem saber
106 o que pode vir diluído, e defende que se leve o problema do rio dos Poços ao Presidente da República, para solucioná-lo.
107 As CT's do CERH-RJ trabalharam muito para aprovar quatro comitês, enquanto que o projeto da lei da cobrança
108 transitou na Assembléia Legislativa sem passar por nenhuma comissão. Referiu-se à reunião extraordinária do CERH-RJ,
109 em 9 de janeiro passado, para tratar da lei 4.227, quando disse ao Presidente da SERLA que a lei tem um pecado original,
110 pois não houve possibilidade do CERH aprimorá-la. Disse ter um parecer jurídico da FIRJAN, enviado a Brasília com
111 solicitação de ADIN. Leu argumentos do referido parecer, que argumenta que a lei 4.247 entrou em colisão com a lei
112 9.433 e daí com a CF, e a aprovação em tempo recorde do PL que a originou evidencia o interesse do Poder Executivo
113 Estadual em viabilizá-la de imediato, ignorando o modelo previsto nas leis estadual e federal, que é de gestão
114 descentralizada e participativa. Concluiu dizendo que a lei 4.227 é autoritária, centralizadora, e incompatível com a
115 ordem jurídica vigente, e entregou cópia do parecer da FIRJAN para análise do CEIVAP. Francisco Pompeu (ANA)
116 disse estar aqui para relatar a MP 165, que passou a ser projetada em apoio à sua exposição. Disse que a MP resolve de
117 maneira provisória a questão da agência, e por ela a ANA está autorizada a firmar contrato de gestão com a Associação
118 Prô-Gestão; e poderá repassar diretamente os recursos da cobrança para a bacia. Como agora os recursos da cobrança
119 serão destinados à fonte 116, que não é contingenciável, os recursos da cobrança terão o retorno assegurado para a bacia.
120 A MP é resultado de um trabalho conjunto de muitos que estão empenhados no problema de gestão de recursos hídricos.
121 Franqueada a palavra, João Rodrigues (Associação) levantou questionamentos sobre o texto da MP 165: o primeiro,
122 referente à independência da figura jurídica criada (entidade delegatária) daquela que estava sendo estudada para ser a
123 Agência (OS); o segundo, o que acontecerá com a MP uma vez transcorrido o prazo legal de trâmite, que se falou seria
124 no máximo de 4 meses; o terceiro é se a solicitação do contrato de gestão previsto no art. 2º, é feita pelo CEIVAP; e o
125 quarto diz respeito ao art. 10º, sobre a edição pela ANA de norma para a formação do quadro da entidade. Respondendo
126 às questões, Francisco Pompeu (ANA) disse que depois de 120 dias, se a MP não for aprovada, tranca a pauta da Câmara.
127 Referindo-se a OS ou OSCIP, a Casa Civil tem uma posição de precaução em relação a essas entidades, pois há
128 problemas jurídicos a elas relacionados, e por isso a LDO de 2004 não permite transferência de recursos da União para
129 OS's. Quem solicita o contrato de gestão é o CEIVAP. A ANA tem 90 dias para regulamentar o artigo 10, e a posição do
130 Presidente da ANA é de que essa questão seja definido em conjunto com o CEIVAP. Ninon Machado (Instituto Ipanema)

131 perguntou onde estava a participação dos usuários e da sociedade civil na implementação da lei, e observou que não
132 havia sequer representantes desses segmentos presentes na mesa. Lamentou que a AL do RJ tenha permitido passar uma
133 lei como a da cobrança. Referindo-se à MP 165 disse que “nasceu uma criança, mas se precisa saber se ela é saudável”,
134 que há previsão para se fazer o contrato de gestão, mas é necessário se ter cautela em relação à MP. Cristina Yuan (IBS)
135 disse ter dúvidas sobre a MP. Perguntou se a fonte 116 é passível de contingenciamento. Questionou a falta de
136 participação dos usuários e sociedade do processo, pois a MP refere-se à ANA e SRH/MMA, mas entende que deveria
137 envolver também o CNRH para que haja uma participação da sociedade como um todo. No art. 7º foi excluída, em seu §
138 1º, a transferência dos recursos proveniente da cobrança do setor elétrico (0,75%), recursos que constituem parte
139 importante do que deve ser aplicado na bacia. Francisco Pompeu (ANA) respondeu que o contingenciamento decorre de
140 uma emergência, e o fato do governo ter identificado a fonte 116, significa que o Governo Federal entendeu a
141 especificidade do recurso arrecadado, e sinaliza com um tratamento especial. Disse que o contingenciamento se aplicaria
142 no caso de previsão de receitas não realizadas, como foi o caso do ano passado, que se previa mais de 8 milhões e só se
143 arrecadou 5,8 milhões. Para se ter garantia de que essa fonte não seja contingenciável haveria necessidade de uma
144 emenda constitucional. Acha que em 2004 as perspectivas de retorno dos recursos são bem melhores, mesmo que em
145 2003 todos os recursos arrecadados voltaram para a bacia. Júlio Kettelhut (SRH/MMA) disse que a MP preserva
146 inteiramente o papel do Comitê. Destacou o *caput* do art. 7º, que abre a possibilidade da União destinar outros recursos à
147 Agência, tais como prédios, veículos, equipamentos e outros, além daqueles arrecadados na fonte 116. Em relação ao art.
148 7º, o entendimento é de que o que é da bacia é o recurso condominial, pois o recurso da cobrança do setor elétrico é
149 gerado por um sistema interligado. Paulo Teodoro (Representante de MG) disse que com a MP “ficamos no meio do
150 caminho, não respeitamos a autonomia do Comitê”. Citou frase atribuída à Bíblia, que diz: “entre a compra e venda o
151 pecado se instala”. Disse não entender porque as OSCIP’s possam ser credenciadas como Agências de Bacia, que em
152 MG foi promulgada lei estadual das OSCIPS que contempla um termo de parceria muito bem definido, e essa entidade
153 terá a prerrogativa de arrecadar o recurso da cobrança na bacia, sem que o dinheiro passe pelo órgão gestor. No seu
154 entender existem muitas interrogações na MP 165, e principalmente o que está definido no Art. 4º, Parágrafo Único, pois
155 o Comitê está inteiramente alijado do processo. Aparecida Vargas (Cataguazes) perguntou qual a lei que rege a entidade
156 delegatária a que se refere a MP 165, pois qualquer entidade poderia estar pleiteando a condição de Agência. Sobre o que
157 falou o representante da ANA, ela estranhou o tratamento que está sendo dado à cobrança do setor elétrico. Cláudio
158 Serricchio (ET-CEIVAP) falou que pela lei 9.433 a Agência será o braço executivo do Comitê, e o Contrato de Gestão,
159 sem a presença do Comitê, tal como previsto na MP 165, não cria a mínima condição para que o Comitê exerça essa
160 atribuição legal. A impossibilidade de a Agência arrecadar os recursos da cobrança, tal como definido no art. 3º, inciso
161 III, também é estranha. Houve também o atropelo do CNRH, usurpando competências que estão previstas na lei 9.433.
162 Edilson Andrade (SP) referiu-se ao que dissera o representante de MG, em relação ao parágrafo único do Art. 4º, dizendo
163 entender que o Comitê certamente será ouvido nessas questões, pois o CEIVAP tem o direito de definir o que ele quer
164 para si. Prof. Bruno (Comitê Guandu) falou de um projeto de recuperação florestal na bacia do Rio Guandu, no valor de
165 cerca de R\$ 500.000,00, que espera ver implantado. Referindo-se à Lei 4247, assim como a MP 165, disse que ambas
166 foram “feitas de cima para baixo”, e se disse surpreso com esses instrumentos. O Presidente Meohas disse que a MP foi
167 publicada hoje, e que as dúvidas sobre seu conteúdo devem ser enviadas ao ET-CEIVAP, para que se possa reunir
168 contribuições e levar sugestões para o seu aperfeiçoamento. Disse que nos últimos dias teve muita atribulação para que se
169 saísse com essa MP, chegou a dizer a Ministra do Meio Ambiente que estaria disposto a renunciar nesta reunião se não
170 houvesse uma solução para esse problema. Foi muito difícil se chegar a essa solução, e no que pese toda essa dificuldade,
171 a MP é motivo de satisfação, pois o processo saiu do impasse, e no prazo de 120 dias se poderá propor todas as emendas
172 desejadas. O avanço é no sentido de usar o parlamento para promover os aperfeiçoamentos. Assim, conclamou a todos
173 para que enviem suas contribuições, que ele se articulará politicamente para encaminhar todos os aperfeiçoamentos
174 propostos pelo CEIVAP. Aparecida Vargas (Cataguazes) questionou qual seria o encaminhamento, e o Presidente
175 Meohas decidiu criar um GT com a finalidade de analisar a MP 165 e propor aperfeiçoamentos. O Secretário Fídias de
176 Miranda passou a montar o GT, que ficou integrado por: Ninon Machado (Inst. Ipanema), Cristina Yuan (IBS), Edilson
177 Andrade (SP), Cláudio Serricchio (ET), Luizinho (Prefeituras) e João Rodrigues (Associação). Argumentando que a MP
178 atinge a todos os Comitês Federais, Paulo Teodoro (MG) sugeriu uma proposta alternativa ao GT, de que o assunto fosse
179 encaminhado a uma CT do CNRH, proposta com a qual o Presidente Meohas concordou, mas dizendo que uma coisa não
180 exclui a outra. Disse ainda que todos poderão contribuir com esse GT, que Cláudio Serricchio organizará esse trabalho e
181 os resultados serão apresentados na reunião ordinária de março. Passando ao item 4 da pauta, a palavra foi dada a
182 Francisco Viana (ANA) que, com auxílio de PowerPoint (ANEXO), passou a apresentar exposição sobre os recursos
183 arrecadados da cobrança em 2003 e sua aplicação. Destacou os valores arrecadados, que houve uma inadimplência de
184 25%, e que é importante que se persiga a universalização. Informou que os inadimplentes estão sendo comunicados, e se
185 não regularizarem seus pagamentos seus nomes serão enviados ao CADIN. Solicitou aos membros do CEIVAP que
186 divulgassem na bacia que a ANA é obrigada a encaminhar os nomes dos inadimplentes para o CADIN, e as providências
187 estão em curso e penalizarão os que não solucionarem suas pendências. Referiu-se também às diretrizes da Deliberação
188 15 que estabeleceu o prazo que se encerra em 31 de março para serem atendidas: sobre a questão da mineração a ANA
189 encaminhará ao CEIVAP, para apreciação em CT, uma proposta sugerindo um critério para a cobrança pela extração de
190 areia. Na relação à transposição se conta com a lei do RJ, que não foi discutida previamente, mas por outro lado o projeto
191 de lei de São Paulo vem sendo discutido há 10 anos sem que haja uma solução, e disse ver exagero nos dois processos.
192 Informou que a ANA tem dado suporte operacional a SERLA para implantar a cobrança no RJ, na bacia do Paraíba. O
193 Secretário Fídias de Miranda abriu a palavra sobre a exposição apresentada por Francisco Viana. O Presidente Meohas
194 falou que o Dr. Jerson Kelman se comprometeu a aplicar, em outro município, o recurso não utilizado em Guaratinguetá
195 porque não foram viabilizados os papéis para o contrato. Pediu aparte para dizer que se a MP 165 não for aprovada em 45

196 dias entrará em regime de urgência, conforme consta na CF, e que poderá ser prorrogada no máximo uma vez (CF, Art.
197 62, parágrafos 6º e 7º), e que portanto o prazo para se apresentar emendas é menor do que se falou inicialmente.
198 Aparecida Vargas (Cataguazes) levantou a questão dos 0,75 % pagos pelo setor elétrico, que foi mostrado em uma das
199 transparências apresentadas por Dr. Viana, que falou ser essa cobrança definida em lei do setor elétrico, e se disse
200 satisfeita em ver o representante da ANA falando a mesma linguagem que ela usa sobre esse assunto. Eduardo Macedo
201 (ASSEMAE-RJ) levantou preocupação em relação ao prazo de 31 de março para se resolver a questão da transposição,
202 pois a data está chegando, e defende que o prazo não deva ser prorrogado. Hendrick (AMPAS) referiu-se a que o Dr.
203 Francisco Viana falou que todos os recursos arrecadados foram aplicados, mas de fato cerca de R\$ 4.900.000 estão na
204 Caixa Econômica, e esperava que até a próxima reunião estejam efetivamente na bacia. Outra preocupação é de que são
205 apenas 170 usuários industriais na bacia que estão pagando, e perguntou se quando a ANA fala em CADIN, os usuários
206 não cadastrados também serão incluídos. Francisco Viana respondeu que quando os recursos estão na Caixa já estão a
207 caminho da bacia, e que considerava justa a sugestão de incluir no CADIM os não cadastrados. Carlos Camargo
208 (Sindicato de Taubaté) relatou contatos com representantes do setor de mineração, que informaram ter dirigido à ANA e
209 ao CEIVAP documentos para tratar da cobrança do setor, e não tiveram retorno, e acredita ser o IBRAM a entidade
210 signatária. Cláudio Serrichio (ET-CEIVAP) esclareceu que não há um representante eleito do setor de mineração no
211 CEIVAP, aspecto que acredita seja corrigido ao longo do tempo. O Presidente Meohas inteveio dizendo que vai procurar
212 os representantes do setor de mineração para solucionar essas questões. Enéias (SABESP) disse que por erro de
213 cadastramento houve equívoco na cobrança da SABESP, que pagou faturas sem o desconto de 18% e com multa, e as
214 tentativas de corrigir essa questão não produziram os efeitos esperados. Por isso, a SABESP está indo à justiça pleitear a
215 devolução do pagamento feito a maior, pois o acreditam que ocorreu erro da ANA. Benedito Jorge (CBH-SP) referindo-
216 se à comparação feita entre os processos das leis de cobrança em SP e RJ, disse que um erro não justificava o outro.
217 Disse que os 15% destinados pela lei 4247 para aplicação na bacia do Paraíba do Sul era um passa-moleque no CEIVAP,
218 pois a água transposta para a bacia do Guandu vale mais que os 15% que estão sendo destinados. Renine (SAE Barra
219 Mansa) referiu-se aos recursos aplicados em 2003, que Barra Mansa foi contemplada pelo projeto de erosão, que está sob
220 análise da Caixa, e solicitou a presença de representante do CEIVAP nas decisões da Caixa, pois se diz que o recurso está
221 sendo aplicado e na prática os beneficiários se defrontam com dificuldades que são sempre aumentadas pela Caixa. O
222 Secretário Fídias lembrou que o dinheiro não estava mais na ANA, e sim na Caixa, portanto será aplicado. Edilson
223 Andrade (SP) espera que o recurso de R\$ 1 milhão que deveria ter beneficiado Guaratinguetá não seja perdido, já foi dito
224 que não o será, e espera que o valor seja realocado em benefício de um município de SP, obedecendo à seqüência de
225 prioridades já estabelecida. Defende que o percentual da cobrança do Guandu a ser investido na bacia do Paraíba deva ser
226 definido por negociação entre os representantes das duas bacias, e que o assunto seja levado ao CNRH. Aparecida Vargas
227 (Cataguazes) falou do Município de Ubá, que vem enfrentando problemas com a Caixa, uma vez que, assinado o
228 convênio, se tem 120 dias para se resolver todos os problemas, e a Caixa costuma apresentar novas exigências, estando
229 informada de que o dinheiro fica depositado na Caixa, que o aplica e fica com o retorno. Disse saber de empresas
230 outorgadas que não atenderam ao cadastramento e por isso se encontram inadimplentes, e perguntou a Francisco Viana
231 qual a posição da ANA em relação a essa situação. Heitor Pereira de Souza (RJ) falou que o titular da representação, Dr.
232 Luis Paulo Conde, lamentou não poder estar presente. Referiu-se aos problemas hoje colocados e que envolviam o RJ, e
233 estranhou a ausência de representante da Prefeitura Municipal do Rio. Quanto aos aspectos normativos da lei do RJ e da
234 MP, disse que esses diplomas foram com prazos exíguos, na tentativa de “chutar a bola pra frente e não interromper os
235 processos”, daí a necessidade de ajustes. Destacou o caráter provisório que consta da MP, e vê aí a brecha para
236 aperfeiçoar o instrumento. Vai levar ao Dr. Luis Paulo Conde as questões levantadas, e espera criar um clima de
237 confiança e boas intenções para resolver satisfatoriamente as pendências. O Secretário Fídias de Miranda lembrou que a
238 reunião ordinária será programada para fins de março ou começo de abril. Cláudio Serrichio (ET) destacou a planilha
239 referentes a cobrança em 2003, distribuída aos presentes, mostrando que o número de pagante é 190, o qual é muito
240 baixo. O estado do RJ pagou 48% do total, e esses recursos serão aplicados na bacia inteira. O saneamento foi quem
241 pagou mais, correspondendo a 53 % do total, e estimulou a todos o exame cuidadoso da planilha. Falou que a
242 Deliberação 22 venceu em dezembro, mas já tem recursos arrecadados em 2004, e o CEIVAP ainda não dispõe de
243 deliberação que oriente a aplicação em 2004, que seria a sucedânea da Deliberação 22. Disse ainda que a ação
244 emergencial referente à campanha de mídia, que era prioritária e não se conseguiu implementar por depender da
245 Secretária de Comunicação da PR, deveria ser viabilizada de alguma forma. Fernando Lino (LIGHT) disse que a empresa
246 que representa é inimputável pela cobrança da transposição, pois a regulamentação do setor elétrico estabelece apenas a
247 cobrança pelo uso da água, e passou à Presidência do CEIVAP parecer jurídico sobre o posicionamento da LIGHT sobre
248 essa questão. O Presidente Eduardo Meohas disse que a proposta do programa de comunicação parou na SECOM/PR e
249 não na ANA, e em relação aos problemas da Caixa, disse que vai convidar seu Vice-Presidente Azer para participar da
250 próxima reunião do CEIVAP, de modo que ele possa opuvirt diretamente os problemas colocados sobre a
251 operacionalização dos contratos, pois existe uma reclamação geral sobre o serviço prestado pela instituição nesse aspecto.
252 Disse que Guaratinguetá foi prejudicado porque a Caixa levou muito tempo para definir se o Município estava
253 inadimplente. Perguntou ao representante da ANA como será o procedimento em relação a quem não se cadastrou, que
254 entende estar em falta maior que os inadimplentes. Marilene Ramos (FGV) sugeriu que os dirigentes dos dois comitês,
255 CEIVAP e Guandu, se reúnam antes de 30 de março para decidir a questão da transposição e o percentual a ser repassado
256 para o Paraíba, recomendando a participação de representante do Governo do RJ. O Secretário Fídias Miranda disse que
257 o CEIVAP não tem que se submeter ao RJ, que o CEIVAP é quem determina pois a lei é federal. O Presidente Meohas
258 disse não discordar do que falara o Secretário Fídias, mas ponderou que assim como se tem a lei federal, se tem a
259 estadual. Ninon Machado (Intituto Ipanema) defendeu que a Governadora do Estado Rio de Janeiro envie à Assembléia
260 Legislativa uma mensagem suspendendo a aplicação da lei da cobrança estadual até que ela seja revista. O Presidente

261 Meohas espera que ocorra encontros para essa revisão, que resultem em aperfeiçoamento da legislação. Heitor de Souza
262 (RJ) argumentou que no RJ já se parte da existência de uma lei sobre a cobrança, instrumento que os outros estados da
263 bacia ainda não dispõem. André Pinhel (SERLA) referiu-se à reunião do CERH-RJ, em 09 de janeiro passado, e
264 lamentou que o Presidente Meohas não tenha podido estar presente, pois nela o Presidente da SERLA disse que os
265 caminhos para aperfeiçoamento da lei 4.247 estão abertos, e espera que sejam utilizados. Sugeriu a realização de reunião
266 de CT-CEIVAP no início de março para tratar desse assunto. Aparecida Vargas (Cataguazes) disse que não se deveria
267 focar a lei do Rio, mas sim a questão da transposição, e que o resultado da reunião das diretorias dos comitês do CEIVAP
268 e do Guandu seja levado à CT-CEIVAP. Leila Heizer (CEDAE) defendeu que haja entendimento entre os comitês sobre
269 a cobrança, que se deveria resgatar o espírito da reunião de Jacareí, quando essa questão foi colocada. O Presidente
270 Meohas disse que o caminho do entendimento é o melhor, e acredita em uma solução negociada. O Secretário Fídias de
271 Miranda sugeriu que a próxima reunião ordinária seja 31 de março, em Juiz de Fora - MG. A reunião foi encerrada às
272 18:30 horas.